

## Referência:

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. *Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

## **AÇÃO CULTURAL - possibilidades de atuação do bibliotecário**

Ana Maria Rezende Cabral <sup>1</sup>

*O artigo visa caracterizar o espaço e a prática da ação cultural bibliotecária e a dinâmica do processo em si, enfatizando-se o papel da “biblioteca ação cultural” e do bibliotecário como agente cultural. A partir de experiências realizadas na área, tenta-se conceituar a ação cultural bibliotecária assim como fazer considerações sobre os requisitos necessários ao profissional para atuar como agente cultural.*

### **1 INTRODUÇÃO**

A ação cultural é um rico campo de atuação que oferece ao bibliotecário inúmeras opções de atividades a serem desenvolvidas nas bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e centros culturais, sendo indiscutível sua importância tanto no sentido de dinamizá-las como de alavancar o processo de produção cultural no âmbito dessas instituições e da sociedade.

No entanto, apesar de ser considerada uma área extremamente atraente e instigante por esses profissionais, verifica-se pouco interesse e desestímulo de sua parte, no sentido de exercerem efetivamente as funções de agentes culturais, supondo-se que se sintam despreparados e/ou inseguros para assumirem tal tipo de trabalho. Talvez uma das razões principais seja a pouca informação dos bibliotecários com relação à ação cultural, haja vista a escassa literatura produzida na área. Por ser uma prática nem sempre usual em bibliotecas públicas e escolares brasileiras, conta com pequeno número de experiências registradas e publicadas em periódicos científicos; deste modo, a reflexão teórica sobre a ação cultural bibliotecária é ainda incipiente, carecendo de mais esforços de pesquisa para fazer avançar o desenvolvimento conceitual relativo à área.

Além da dimensão educativa, a ação cultural tem também uma dimensão política por estar revestida de um caráter transformador, que visa operar mudanças na realidade. Assim, ao fazer sua opção para atuar como agente cultural, o bibliotecário deve dar início a um processo de ação cultural emancipatória, de conteúdo ideológico, que propicie a emergência das manifestações culturais do público infantil e adulto, pois como assinala o teórico francês da ação cultural Francis Jeanson, citado por COELHO NETO (1988),

*“...um processo de ação cultural resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim, sujeitos - sujeitos da cultura, não seus objetos” (p.14)*

Neste sentido, em sua atuação como agentes culturais, os bibliotecários devem se engajar politicamente em projetos mais amplos da sociedade, a fim de obterem a necessária integração com a comunidade escolar, o público em geral, assim como os grupos dos diversos movimentos sociais; em seu relacionamento devem adotar uma postura democrática sem impor suas idéias, de modo a conduzir o trabalho conjunto em relação dialógica - penetrar no universo do saber compartilhado pelas crianças e adultos, de modo a dialogar e trocar experiências. Portanto, a execução deste trabalho requer a escolha de

<sup>1</sup> Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG

um conceito de ação cultural que sirva como elemento norteador da prática que o agente pretende desenvolver, de acordo com seus objetivos.

Por tratar-se de uma opção complexa para os profissionais, é necessário que tenham clareza a respeito várias concepções em uso nesta área, para que tenham condições de distinguir as diferenças sutis existentes entre os conceitos de “ação cultural”, “fabricação cultural” e “animação cultural”, termos muitas vezes usados indistintamente, apesar de seus diferentes significados.

## 2 CONCEITUAÇÃO BÁSICA

A fim de auxiliar os bibliotecários nessa escolha e evitar possíveis enganos em sua prática de ação cultural, talvez seja útil recorrer a COELHO NETO (1988), para tentar determinar com exatidão o sentido das três acepções de trabalho cultural cujas diferenças, segundo o autor, se dão basicamente em nível de posicionamento político do profissional que pretende exercer o papel de agente cultural.

Assim, a “fabricação cultural” é definida por COELHO NETO (1988) como um processo com princípio, meio e fim pré-determinados e com etapas planejadas, que visa ter como produto um *objeto*. Nele, o agente cultural é o sujeito do processo e determina todas as ações, não havendo espaço de criação para os sujeitos envolvidos.

O que diferencia a “ação cultural” da “fabricação cultural” é justamente o papel do agente na condução do processo, sendo que na primeira sua função é apenas alavancar e dar partida à criação, fornecendo as condições necessárias para que esta se inicie.

Apesar da “ação cultural” se desenvolver, também, a partir de um projeto, este é elaborado em conjunto com o grupo e não tem etapas pré-determinadas nem fim pré-estabelecido. Pode até ocorrer que a ação resulte num produto, no entanto, esta não é uma meta a ser necessariamente alcançada, pois o agente não tem controle sobre os resultados.

Na “ação cultural” o agente prepara as condições e fornece os recursos que propiciem o desenrolar e o avanço da produção cultural, deixando que os membros dos grupos exerçam o papel de sujeitos do processo de criação. Nela o indivíduo é o CRIADOR, e tem autonomia para escolher com ampla liberdade os meios e técnicas que prefere utilizar no ato criativo.

Observa-se, pois, que a diferença básica se dá na condução do processo pelo agente que, no caso da “fabricação cultural” privilegia a produção da obra de arte, enquanto que para a “ação cultural” interessa tão somente o desenvolvimento da subjetividade humana e o auto-aperfeiçoamento dos sujeitos. Assim sendo, a “ação cultural” se realiza dentro dos princípios da prática da arte, de caráter libertário e questionador, que não se restringe a trabalhar com o já estabelecido mas, ao contrário, procura incessantemente o “vir-a-ser”.

Quanto à “animação cultural”, esta não passa de uma atividade com finalidades de divertir o público e promover formas alienantes de lazer. Nela o agente é o sujeito que cria, conduz e é o ator principal de todo o processo, tratando-se, pois, do oposto da “ação cultural”.

É fundamental para o bibliotecário que pretenda atuar como agente cultural, o entendimento das diferenças conceituais existentes no campo, a fim de que possa adotar aquele mais adequado à finalidade de suas ações. Além disso, deve estar apto para desenvolver um trabalho de caráter interdisciplinar com uma equipe de profissionais de várias áreas, que juntos conduzirão o processo, cada qual contribuindo com seus conhecimentos específicos.

Outro ponto indispensável a ser observado pelo bibliotecário na prática da “ação cultural” é o enfoque do conceito de CULTURA que melhor servirá como referencial para nortear suas práticas e as formas de conduzir seu trabalho como agente. Tratando-se de projetos desenvolvidos em bibliotecas escolares, públicas e no âmbito de movimentos sociais mais amplos, entende-se ser mais adequada a esse tipo de ação a abordagem antropológico-cultural, por seu caráter mais abrangente. FAVERO (1983) é

um dos autores que adotou essa perspectiva teórica em sua reflexão sobre a cultura, tendo definido com grande propriedade o conceito em seu trabalho sobre cultura popular e educação. Segundo o autor,

*“Cultura é tudo o que o homem acrescenta à natureza; tudo o que não está inscrito no determinismo da natureza e que aí é incluído pela ação humana. Distingue-se na cultura os seus produtos: instrumentos, linguagem, ciência, a vida em sociedade; e os modos de agir e pensar comuns a uma determinada sociedade, que tornam possível a essa sociedade a criação da cultura”*(p.78).

Nesta acepção, pode-se afirmar que a cultura é um processo dinâmico e ininterrupto, construído no cotidiano da *práxis* social, a partir da experiência concreta de vida dos sujeitos, sendo trabalho que se materializa na ação humana. Assim, o trabalho de ação cultural bibliotecária deve tomar como ponto de partida a realidade e as vivências individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos no processo, buscando uma estreita ligação com o meio ambiente imediato onde se desenvolvem as ações.

Entende-se, pois, que a prática da ação cultural nestes moldes opõe-se frontalmente às práticas culturais do Estado, cujas políticas são formuladas a partir de uma visão elitista da cultura que nega à maioria da população o direito de expressar-se culturalmente. Em geral, tais políticas são formuladas visando apenas preservar o que existe ou existiu, e o apoio a atividades e projetos privilegia a concepção de cultura estática, imutável, ao invés de uma cultura dinâmica e viva.

### **3 AÇÃO CULTURAL BIBLIOTECÁRIA**

Apesar da grande efervescência dos movimentos sociais urbanos que proliferaram pelo Brasil nas décadas de 50, 60 e 70, e enquanto toda esta agitação política e cultural acontecia, nossas bibliotecas ficaram à parte deste processo como se fossem entidades a-históricas, neutras, imunes aos acontecimentos que ocorriam à sua volta.

Somente nos anos 70, os bibliotecários, até então indiferentes à questão do atendimento às classes menos favorecidas da população, começam a discutir as bibliotecas populares, vislumbrando uma possível alternativa aos serviços oferecidos tradicionalmente pelas bibliotecas públicas, que privilegiavam tão somente as classes média e alta da sociedade.

Em artigo onde analisa a trajetória da biblioteca pública no Brasil, RABELLO (1987) comprova as contradições de seu papel na sociedade, observando que apesar de seu objetivo igualitário de ampliar o acesso à informação a todas as camadas sociais,

*“...a biblioteca pública se ligou, ideologicamente, aos que tradicionalmente detinham o poder econômico e constituíram a minoria de nossa população, opondo-se aos novos tempos de igualdade e democracia”* (p.25)

A partir das reflexões dos profissionais sobre o possível desenvolvimento de um trabalho desta natureza, na perspectiva da “ação cultural”, concluiu-se sobre a necessidade da biblioteca tradicional ter que redefinir seus objetivos e funções, e tornar-se um espaço aberto, de diálogo e sobretudo de convivência, um verdadeiro ponto de convergência para propiciar as manifestações culturais em todas as suas formas de expressão.

Em seu trabalho os agentes devem subverter antigos espaços tornando-os espaços de criação, onde os indivíduos possam explorar seu potencial de criatividade e imaginação e expressar livremente sua cultura. Como a ação cultural permite o desenvolvimento de um leque bastante diversificado de atividades, o agente cultural bibliotecário pode extrapolar e expandir o espaço físico das bibliotecas transferindo-o, eventualmente, para outros locais como praças, centros comunitários, ou mesmo as ruas da cidade, pontos de convergência para reunir a comunidade em geral.

Nas atividades de ação cultural são utilizadas várias técnicas e instrumentos combinados, de acordo com os interesses dos grupos e a disponibilidade de recursos de cada escola ou comunidade. JARA (1981) sugere múltiplas possibilidades para tornar o processo educativo dinâmico e criativo, tais como os códigos visuais (lâminas, fotografias), os códigos auditivos (canções, programas de rádio), os códigos audiovisuais (cinema, televisão) e os códigos vivenciais (dinâmica da grupos, jogos, exercícios de comunicação, etc.). Atualmente, com as novas tecnologias de comunicação e informação, a variedade tornou-se bem maior, pois os recursos computacionais oferecem uma gama infinita de *softwares* que possibilitam manipular símbolos, criar imagens, trabalhar materiais gráficos, escanear textos, consultar bibliotecas virtuais, etc. Sabe-se, no entanto, que nem todas as escolas já podem contar com tais equipamentos o que restringe, sem dúvida, seu uso mais amplo e democrático.

Na prática da ação cultural, o importante a observar é justamente as relações que o público estabelece com a herança cultural, pois como afirma FLUSSER (1983), há duas maneiras de herdar, receber a cultura, ou seja, *“ativamente, reelaborando o que recebemos e passivamente, aceitando o que recebemos sem modificá-lo”* (p.150).

Como o foco central do trabalho é democratizar a cultura, os estudantes devem ser estimulados a criar e a consumir ativamente a produção cultural, assim como a interagir com a obra de arte para usufruí-la, e absorver/reelaborar criticamente os conteúdos e informações nela contidos.

Uma proposta de ação cultural libertadora deve visar:

- que os indivíduos não sejam apenas receptores, mas sujeitos da criação cultural;
- a elaboração da cultura com o povo e não para o povo;
- facilitar a utilização de instrumentos adequados ao desenvolvimento da capacidade criadora dos indivíduos;
- a desalienação da cultura e a busca de uma identidade cultural;
- a democratização da cultura (CABRAL,1989,p.27).

Deste modo, a biblioteca escolar poderá tornar-se, além de espaço de leitura, espaço de apresentação, representação e criação, ampliando o espectro de suas funções e atividades tradicionais. Ao invés de considerar seus alunos como um meros receptores e consumidores da cultura, a biblioteca escolar irá torná-los participantes do processo de criação e produção cultural, artística e literária.

Ao se transformar em “biblioteca-ação cultural”, poderá não apenas disponibilizar ao público informações já produzidas, mas vir a ser um espaço onde os sujeitos passem a produzir novos conhecimentos e informações que serão incorporadas e constituirão parte do acervo da biblioteca escolar. Enfim, pode tornar-se um espaço que contemple primordialmente a subjetividade do indivíduo como SUJEITO DA AÇÃO E DA CRIAÇÃO CULTURAL.

#### **4 O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE CULTURAL**

O trabalho de ação cultural bibliotecária exige um profissional com um perfil diferenciado e um tipo de formação que seja complementada com disciplinas de outras áreas, além da biblioteconomia.

A ação cultural pressupõe uma relação igualitária e democrática e a perfeita interação entre os agentes e os grupos, exigindo a busca constante de metodologias alternativas que favoreçam o diálogo e a participação. Estas devem possibilitar o envolvimento dos sujeitos em todas as etapas de execução do trabalho, para que possam decidir conjuntamente e trocar experiências, politizando o processo educativo para formar cidadãos ativos e participantes.

Como o papel do agente é apenas o de criar as condições e impulsionar o processo de ação cultural, deve evitar ao máximo interferir com suas idéias e/ou sugestões mas, apenas agir como mediador, dando

autonomia para que as crianças escolham livremente os meios de execução dos projetos, de modo que em seu ritmo de trabalho próprio, cheguem à auto-realização. Em seu papel de líder, o agente deve recorrer às possíveis fontes de recursos a fim de viabilizar a implementação dos projetos, seja através de órgãos governamentais ou entidades privadas, valendo-se das leis de incentivo à cultura.

Para adequar-se ao trabalho em equipe, algumas adaptações deverão ser feitas na biblioteca, inclusive com relação à sua estrutura organizacional. O novo estilo de participação democrática exige uma estrutura horizontal, sem burocracia, que propicie o livre fluxo de informações e facilite a comunicação entre os diversos setores e entre os grupos de trabalho. A troca de informações internas e externas é essencial para fornecer subsídios às decisões e à identificação de fontes de recursos públicos e privados, imprescindíveis à continuidade dos projetos.

Sendo um trabalho de caráter interdisciplinar, a ação cultural requer um coordenador geral que promova a integração dos profissionais das diversas áreas do conhecimento, a fim de que não se percam de vista os objetivos estabelecidos em conjunto e se assegure o forte espírito de cooperação que deve ser mantido entre os técnicos das várias equipes.

Um problema importante que se coloca em debate é o da formação do agente cultural, sendo que sobre o conteúdo e o teor desta formação COELHO NETO (1986) tentou sintetizar alguns aspectos que em sua opinião deveriam constar de sua preparação:

*“O responsável pela ação cultural precisa, primeiro, saber como fazer para que pessoas atuem criativamente em grupo(...)essa pessoa precisa ter uma noção do que está em jogo socialmente, antropológicamente, quando se intervém culturalmente num grupo, numa comunidade(...)deve saber o que as pessoas em princípio procuram quando fazem teatro ou dançam, como se organiza uma linguagem artística ou como se dá a abordagem do mundo através de um código artístico(...)Essa pessoa não precisa necessariamente dominar uma técnica particular (direção teatral, pintura, cinema, culinária), mas deve pelo menos conhecer os pressupostos teóricos de uma dessas linguagens” (p.115).*

Sobre a formação do bibliotecário como agente cultural, FLUSSER (1982) afirma que ela deve se dar em basicamente três eixos complementares: a formação técnica, a humanística e a prática, consideradas como necessárias para que o profissional busque uma atuação através de contatos com públicos de diferentes contextos e realidades.

Não se espera do agente cultural bibliotecário que seja uma pessoa com várias especializações, habilidades e qualidades excepcionais; o que se requer é um profissional versátil e com uma visão abrangente de cultura, alguém que tenha uma aguda consciência dos valores culturais e, sobretudo, um compromisso social com a profissão, disposto a

*“...incorporar na prática cotidiana da biblioteconomia a dimensão da procura, para que a biblioteca se transforme em um instrumento dinâmico e dialógico, contribuindo assim para uma democratização cultural”(p.236).*

A avaliação da ação cultural deve ser um processo continuado, que garanta a participação dos envolvidos no trabalho, de modo que tenham total liberdade de expressar idéias e opiniões. Trata-se de um processo político-educativo, onde os indivíduos aprendem a dialogar e a refletir criticamente sobre sua produção cultural, e analisá-las criticamente, num clima de receptividade e abertura a sugestões. Entre os aspectos avaliados devem ser incluídos os objetivos, as metodologias de trabalho, as técnicas adotadas, a interação entre os grupos, a infra-estrutura, os recursos oferecidos pela biblioteca e, especialmente, a qualidade da produção cultural, sempre visando o aperfeiçoamento e aprimoramento dos trabalhos realizados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de ação cultural bibliotecária pode ser considerado como um campo de atuação profissional extremamente rico e transformador, em que os sujeitos passam da condição de meros consumidores de cultura para a de produtores de informação e conhecimentos.

Esse tipo de trabalho reflete uma preocupação recente dos bibliotecários em repensar sua prática tradicional e buscar novas possibilidades e perspectivas inovadoras de atuação, que apontem para uma biblioteconomia comprometida com a democratização cultural, onde o profissional assume uma nova postura diante da realidade que o cerca.

O agente cultural bibliotecário deve tornar a biblioteca escolar num local propício ao diálogo e ao exercício da produção e criação culturais, reduzindo o acesso desigual aos bens simbólicos na sociedade. Segundo BOURDIEU (19 ), na sociedade capitalista, os que detém o maior capital econômico detém, também o maior capital cultural, o que denota as contradições de produção e acesso à informação pelas diversas classes sociais.

Portanto, para que possa realmente colocar a cultura e a informação ao alcance do maior número possível de pessoas, e facilitar as oportunidades de criação tanto para o indivíduo como a coletividade, o bibliotecário precisa adquirir uma visão mais abrangente do processo cultural em nível nacional e internacional, de seus componentes e das relações de poder envolvidas na produção, distribuição e consumo de informações na sociedade contemporânea.

A partir da participação em experiências de ação cultural realizadas dentro de uma perspectiva libertadora e emancipatória, sem direcionismo, CABRAL(1989) elaborou um conceito de ação cultural bibliotecária abrangente, na tentativa de expressar os princípios que devem nortear essa prática. Em sua definição, a autora procurou refletir a filosofia que embasa esse tipo de trabalho e os princípios que devem ser observados:

*“A ação cultural bibliotecária visa a democratização da cultura através do exercício de uma nova prática profissional comprometida com as classes menos privilegiadas da sociedade, de modo que os indivíduos possam manifestar-se nas diversas formas de expressão cultural, artística e literária, como sujeitos da criação cultural” (p.144).*

Com o advento da chamada “Era da Informática”, em que as novas tecnologias de comunicação e informação são disponibilizadas socialmente e já vêm sendo adotadas em várias bibliotecas escolares, públicas e centros culturais, o bibliotecário pode se valer destes recursos para alavancar os processos de produção e criação cultural. No entanto, é necessário assegurar o acesso equitativo às novas mídias pois, embora ofereçam um leque extenso de informações e entretenimento, a tendência verificada é de que pode acentuar ainda mais a divisão entre os que têm fácil acesso e os que são privados de recursos informacionais mais amplos.

É necessário que o bibliotecário tenha uma visão crítica sobre os impactos das mídias para a democracia, visto que apesar de se constatar sua dimensão democrática ao expandir as possibilidades individuais de criação e difusão de informações, e ampliar o mercado de idéias, há também sérios riscos de que a fragmentação das comunidades aumente as diferenças entre ricos e pobres (DIZARD,1998).

É indiscutível que as novas mídias tiveram conseqüências na direção da sociedade, ao modificar hábitos e padrões culturais, e influenciar a maneira como vemos a nós mesmos e o mundo que nos cerca. Assim, pode-se questionar: será que as mídias servirão para fortalecer laços comunitários e nossas tradições, ou irão eliminar a coesão social? Os maiores riscos se referem ao isolamento de indivíduos e grupos fragmentados que, incapazes de se relacionarem, perdem suas referências culturais e ficam anestesiados diante da realidade, sem se preocuparem em compreendê-la para agir sobre ela.

Outra dúvida paira com relação ao estabelecimento de políticas públicas que assegurem o acesso de todos os segmentos sociais aos sistemas de informação, seguindo o princípio democrático do direito

universal dos cidadãos às redes eletrônicas de comunicação e informação. O que hoje se observa é uma enorme discrepância entre as elites que sabem usar os computadores e têm facilidades de usufruir os recursos de informação para promover seu progresso pessoal e profissional, convivendo com um “*lumpem* proletariado da informação”, que carece de habilidades e vontade de usar as tecnologias em seu benefício. (DIZARD,1998)

Deste modo, para democratizar verdadeiramente a informação e disponibilizá-la a todas as camadas da sociedade, o bibliotecário deverá estar apto a oferecer cursos de treinamento para capacitar os que não sabem usar os computadores, a fim de que adquiram competência para realizarem suas buscas de informação com autonomia, e possam usufruir em igualdade de condições dos recursos oferecidos pelas bibliotecas escolares.

Enfim, deve haver uma constante busca por parte dos profissionais no que se refere às possibilidades de uso oferecidas pelas inovações tecnológicas e os modernos métodos e técnicas disponibilizados socialmente, que sirvam efetivamente ao desenvolvimento do trabalho de ação cultural. Isto exige do bibliotecário uma atualização contínua de conhecimentos sobre os avanços das tecnologias de comunicação e informação de ponta, úteis para impulsionar a criação cultural e agilizar a divulgação da produção intelectual e artística dos grupos sociais.

#### **Abstract**

*This paper aims to characterize the space where cultural action takes place and the dynamics of the process itself, emphasizing the role of the “cultural action library” and that of librarians as cultural agents. Taking as a start point cultural action experiences developed, were tried to conceptualize the library cultural action, and some considerations were made for professionals to work as library cultural agents.*

## **6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CABRAL, A . M.R. **Ação cultural bibliotecária** - aspectos revelados pela prática. Belo Horizonte: UFMG, 1989. (Dissertação, Mestrado).
- COELHO NETO, J.T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Usos da cultura**; políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.
- DIZARD, W. **A nova mídia** - a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FAVERO, O, org. **Cultura popular e educação**; memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.145-169,set.1983.
- \_\_\_\_\_. O bibliotecário animador; considerações sobre sua formação. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.131-138, set.1980.
- \_\_\_\_\_. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v.9, n.2, p.131-138, set.1980.
- JARA, H. D. Educación popular: la dimensión educativa de la acción política - reflexiones acerca de la educación popular en el contexto de la Revolución Popular Sandinista. **Educación e Sociedade**, São Paulo, v.4, n.10, p.5-27, set.1981.
- RABELLO, O . C. P. Da biblioteca pública à biblioteca popular. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.19-42, maar.1987.
- VIEIRA, A .S. Repensando a biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.81-85, jul/dez. 1983.